



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

Requerimento nº _____ de 2019

(Da Sra. BENEDITA DA SILVA)

Requer aprovação da Moção de Apoio para obtenção do Título Estadual de Utilidade Pública para o Terreiro de Candomblé Ilê Asé Opó Afonjá de Tradição Keto, fundado em 1886, como representação dos povos de matriz afro-brasileiras.

Senhor (a) Presidente (a),

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário dessa Comissão, seja aprovada Moção de Apoio para obtenção do **Título Estadual de Utilidade Pública para o Terreiro de Candomblé Ilê Asé Opó Afonjá de Tradição Keto**, fundado em 1886 na Pedra do Sal / Região do Bairro por Mãe Aninha (Iyá Oba Biyi), que obteve o status de Tombamento Provisório, nos termos do inciso II, do Artigo 5º, do Decreto nº 5.808, de 13. 07.1982, - Processo nº E-18/001/305/2016.

JUSTIFICAÇÃO

O Terreiro de Tradição Keto, foi fundado em 1886 na Pedra do Sal / Região do Bairro por Mãe Aninha (Iyá Oba Biyi), obteve o status de Tombamento Provisório, nos termos do inciso II, do Artigo 5º, do Decreto nº 5.808, de 13. 07.1982 - Processo nº E-18/001/305/2016 e Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01.06.2016. (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC – então situado na Rua da Quitanda, 86 / 8º andar Centro – Rio de Janeiro – Hoje, Biblioteca Parque do Centro.

A tradição Ketu (pronuncia-se queto) é a maior e a mais popular “nação” do Candomblé, uma das Religiões afro-brasileiras. No início do século XIX, as etnias africanas eram separadas por confrarias da Igreja Católica na região de Salvador,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bahia. Dentre os escravos pertencentes ao grupo dos Nagôs estavam os Yoruba (Iorubá).

No Brasil Colônia e depois, já com o país independente, mas ainda escravocrata, proliferaram irmandades. “Para cada categoria ocupacional, raça, nação – sim, porque os escravos africanos e seus descendentes procediam de diferentes locais com diferentes culturas, que são diferenciados e respeitados por cada templo religioso conforme sua origem.

Os objetivos para a obtenção do Título, são: 1. Continuar a tarefa e política de Educação Patrimonial; 2. Ampliar a rede de relacionamentos com Instituições Públicas nos três níveis de Governo (Municipal, Estadual e Federal); 3. Obter acesso a recursos públicos e privado para a constante conservação do patrimônio tombado; 4. Ampliar a rede de relacionamentos com instituições de ensino e pesquisa; 5. Promover atividades de cunho social e educacional.

Informamos aos nobres parlamentares que contamos com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Direitos Humanos e Igualdade Racial – SEMCLDHIR, através da Superintendência que acompanha este processo, e do Conselho Municipal de Igualdade Racial da Cidade de S. João de Meriti de igual forma.

A história do Terreiro de Candomblé Ilê Asé Opó Afonjá RJ está registrada no livro: “Da Pedra do Sal até Coelho da Rocha.” Machado, Ed – 2ª Edição / Editora Metanóia - 2017).

Tal moção de apoio fortalecerá a consumação do **Título Estadual de Utilidade Pública**, trata-se, portanto, de um **gesto concreto de reparação histórica**, na medida em que reafirma o vasto manancial de conhecimentos das matrizes afro-brasileiras.

Dessa forma, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2019.

BENEDITA DA SILVA – PT/RJ
Deputada Federal